

A eleição acabou, mas a luta da classe trabalhadora continua!

A eleição de 2014 foi um momento marcante da luta de classes que atravessa toda a sociedade brasileira. A maioria do movimento sindical brasileiro cumpriu o seu papel, denunciando o significado do retrocesso neoliberal, o machismo, o racismo, a intolerância, o ódio, a xenofobia e defendendo o projeto representado pela presidenta Dilma Rousseff, que cria melhores condições e um ambiente favorável à democratização da sociedade e a ampliação das conquistas dos/as trabalhadores/as.

É papel do movimento sindical construir um movimento organizado, de massas, que ocupe as ruas com a classe trabalhadora para pressionar a fazer as mudanças e reformas estruturais necessárias para que o Brasil avance, incorporando as reivindicações e a pauta da classe trabalhadora.

Queremos a reforma política. Quando fomos a Brasília entregar o resultado do plebiscito popular – quase oito milhões de votos - à presidenta Dilma, ela disse: “Meu compromisso é deflagrar essa reforma que é responsabilidade institucional do Congresso e que deve mobilizar a sociedade por meio de uma consulta popular”.

A Reforma Política e o fim do financiamento privado de campanhas eleitorais são fundamentais para realmente por fim à corrupção, mal que, há décadas, atinge todas as esferas do estado brasileiro. Só assim uma verdadeira democratização da sociedade será proporcionada.



O Sindema e demais sindicatos seguem lutando por avanços nos mecanismos de controle social e nas propostas de políticas públicas, o que será possível com o fim das terceirizações e dos artifícios neoliberais que ainda prevalecem, como a Lei de Responsabilidade Fiscal.

É preciso valorizar os/as trabalhadores/as do setor público para que se dê um salto na oferta e na qualidade dos serviços já ofertados ao povo brasileiro, em especial na educação,

com reformas pedagógicas e curriculares no ensino básico, médio e universitário; no transporte; na segurança; no Sistema Único de Saúde, com o compromisso da universalização do atendimento e o repasse efetivo e integral de 10% das receitas correntes brutas da União para a saúde pública.

Queremos reforma agrária e urbana, reforma tributária que taxe as grandes fortunas e desonere o trabalhador, queremos a democratização da mídia, queremos avanços nos direitos sociais.

Queremos também a proteção dos direitos humanos de todos e de todas. Salientamos a defesa dos direitos das mulheres, a necessidade de criminalizar a homofobia e o enfrentamento dos que tentam criminalizar os movimentos sociais.

Com a certeza de que estas mudanças só ocorrerão com a forte mobilização e luta do movimento social e sindical, com a solidariedade de classe, com a força do povo. ■

VEJA NESTA EDIÇÃO

Página 2

Horário de Trabalho Pedagógico Coletivo não será critério de remoção

Página 3

Sindema garante mudança no projeto das Parcerias Público-Privadas

Página 4

Alegria e premiação na 9ª Festa Comemorativa do Dia dos Funcionários Públicos

PL do Mandato Tampão é aprovado com emendas

O PL40/2014, sobre o mandato tampão na educação, foi aprovado pela Câmara Municipal em 23 de outubro, com emendas sugeridas durante as várias reuniões realizadas pelo Sindema com vereadores e a Secretaria de Educação.

Neste processo, conseguimos que fosse retirado do PL a proposta da PMD de ampliação dos mandatos de diretores e vice-diretores de três para quatro anos. Agora, esta questão será discutida na Comissão de Discussão de Alteração do Estatuto, que após debate com a rede, concluirá pela mudança ou não do tempo de mandato.

Além disso, estabelecemos que a realização das eleições no próximo ano ocorram 60 dias antes do final do mandato prorrogado, bem como a garantia legal de que o processo eleitoral ocorrerá também nas escolas municipalizadas. Os atuais mandatos ficarão prorrogados até 31 de janeiro de 2016.

Para o Sindema o mandato tampão é consequência do descaso, ameaça e desrespeito do atual governo municipal em relação aos princípios e instrumentos de gestão democrática na educação em Diadema.

A eleição para as direções escolares é o método mais democrático de gestão escolar e precisa ser aperfeiçoado e valorizado. A eleição para diretores e vice-diretores em nossa cidade é referência no país todo e vem demonstrando ao longo dos anos, a possibilidade de democratização do processo da gestão escolar nas escolas públicas municipais, atendendo à meta 19 do PNE e aos princípios nacionais em prol da gestão democrática como prevê os Artigos 3º e 14º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

VITÓRIA DOS/AS TRABALHADORES/AS E SINDEMA:

HTPC não será critério de remoção



O Horário de Trabalho Pedagógico Coletivo não será mais critério para a remoção. Agora, o HTPC será definido pelo grupo que estiver na escola em fevereiro de 2015. Além disso, as escolas que tiverem a partir de 36 classes terão três horários de trabalho pedagógico coletivo.

A informação foi dada pela Secretaria de Educação, em 31 de outubro, após negociações entre Sindema e SE. De acordo com a SE, será publicada uma errata da resolução SE/01, que reduziria o número de grupos de formação e exigia a escolha do HTPC antes da escolher a escola em que o/a professor/a irá lecionar. Isso representa um grande avanço na composição democrática do grupo docente nas escolas.

Muitos profissionais do quadro do magistério haviam procurado o Sindicato por não concordarem com a Resolução SE/01, que comprometeria o acúmulo de cargos de parte do professorado e limitaria a possibilidade de escolha da escola em que vai trabalhar no próximo ano.

Caso essas medidas ainda não contemplem a sua escola, entre em contato com a Secretaria de Educação e o Sindema.

Vale lembrar que só a nossa organização garante o respeito aos nossos direitos.

Curso debate leis educacionais em Diadema



Você sabe como garantir que sua aposentadoria seja calculada corretamente, com a inclusão de biênios e quarta parte? Tem ideia de como surgiu e quanto o Estatuto dos Funcionários Públicos de Diadema ainda precisa avançar?

Estas e outras perguntas foram debatidas durante o primeiro módulo do curso de Legislação Educacional para sindicalizados/as do quadro do magistério. A aula inaugural aconteceu em 22 de outubro na sede do Sindema e contou com a participação do procurador aposentado da Prefeitura de Diadema e ex-Superintendente do IPRED, Roberto da Silva Oliveira e de Antônio Mário Carneiro Pereira, diretor previdenciário do IPRED.

Segundo Mário, é necessário solicitar a inclusão da quarta parte em seu salário dois meses antes de completar 20 anos de prefeitura pois isso não é feito automaticamente.

De acordo com Mislene Pereira, da direção do Sindema, “o curso tem como objetivo esclarecer as leis que regem a educação. Sabemos da importância delas, mas nem sempre as conhecemos a fundo e, portanto, desconhecemos nossos direitos”.

O curso vai até 3 de dezembro, sempre às quartas-feiras à noite. Se você não compareceu, inscreva-se imediatamente através de www.sindema.org.br ou pelo telefone 4053-2930. É preciso ser profissional do quadro do magistério de Diadema e sindicalizado/a para participar. Boa formação!

EXPEDIENTE JORNAL DO SINDICATO é uma publicação do Sindicato dos Funcionários Públicos de Diadema.

Direção do Sindicato: José Aparecido da Silva (Presidente), Mara Neide Ferreira Linhares Hora, Jandyra Massue Uehara Alves, Ana Maria da Silva Santos, Mislene Inocência Pereira, Roseli Aparecida de Souza, Domingos Tomaz de Souza, Estela Baptista da Silva, Benedito de Oliveira Lima, Shedd Pegáz, Maria Aparecida Alves Campos, Marcos Henrique Almeida da Costa, Floripes de Aguiar Kikute, João Hélio da Silva. **Conselho Fiscal:** Fonlana Cheung, Absolon de Oliveira, Rosania das Dores Mendes, Raimundo Pereira de Sousa, José Carlos Araujo Silva, Sílvia Helena da Silva.

Delegados junto à Federação: Renilva Mota Ferreira, Antonio Carlos Gonzaga, Vladimir Murano de Miranda, Cristóvão dos Santos.

Jornalista responsável: Daniela Stefano (MTb 27926/SP) **Diagramação:** Cláudio Gonzalez (MTb 28961/SP)

O Sindicato fica na Av. Antônio Piranga, 1156, Diadema, SP CEP 09911-160 — Telefone: 4053-2930 Site: www.sindema.org.br Email: sindema@terra.com.br

Sindicatos de Diadema repudiam autoritarismo na Saúde e manipulação no Conselho Municipal da Saúde

Os conselheiros representantes das Entidades Sindicais de Trabalhadores com sede em Diadema entregaram, em 21 de outubro, durante reunião do Conselho Municipal de Saúde, uma moção na qual repudiam o autoritarismo do Prefeito Lauro Michels, que ignorou a eleição dos servidores e servidoras em assembleia, pelos seus pares, para representação dos trabalhadores da saúde nesse conselho.

Na moção, os sindicalistas declaram como “inaceitável que a indicação dos representantes dos/as servidores/as pela própria categoria em assembleia, como vem sendo praticada nos últimos dez anos, seja interrompida com uma medida antidemocrática e autoritária por parte da gestão municipal, ferindo um princípio fundamental do Conselho, que é o da autonomia dos representantes em relação ao governo municipal”.

O Sindema havia protocolado um ofício junto à Secretaria da Saúde em 22 de setembro, no qual indicava os/as servidores/as da saúde que foram eleitos democraticamente durante a assembleia de 10 de setembro para exercerem a função de Conselheiros da Saúde.

A moção de repúdio exige também “o respeito com quem trabalha na Saúde e o imediato restabelecimento do direito de representação autônoma dos trabalhadores e trabalhadoras da Saúde no Conselho Municipal de Saúde de Diadema”.

Prefeito e Secretário da Saúde não reconhecem representantes dos/as servidores/as para o Conselho Municipal de Saúde



Sindema garante mudança no projeto das Parcerias Público-Privadas



Propostas terão que passar antes pela Câmara Municipal

Com uma alteração, o projeto de Lei 061-2014, sobre o Programa Municipal de Parcerias Público-Privadas (PPP), foi aprovado pelos vereadores de Diadema na sessão de 2 de outubro. A mudança foi proposta pelo Sindema e aceita pelos vereadores, em reunião realizada em 29 de setembro na Câmara Municipal, da qual participaram representantes do Sindicato, do Governo Municipal e do Legislativo.

Se fosse aprovado do jeito que estava, a Lei daria carta branca para o Prefeito realizar privatizações com valores acima de 20 milhões de reais e com prazo de concessão dos serviços de até 35 anos. Agora, se o governo quiser fazer uma Parceria Público-Privada, uma lei específica deverá ser enviada para aprovação na Câmara. Desta forma a Lei não dá poderes para o prefeito realizar nenhuma PPP sem antes passar por audiências públicas e votada pelos vereadores. Isto é muito importante pois possibilita a mobilização dos/as trabalhadores/as e da população contra eventuais privatizações.

Não à privatização

O Sindema é contrário a qualquer forma de privatização. No caso específico das PPPs em Diadema, o Sindicato teme principalmente privatizações nas áreas de saúde, diante dos problemas existentes e agravados pela incompetência, má gestão e autoritarismo presentes na gestão da Secretaria Municipal de Saúde. Ou ainda o aprofundamento da privatização da Educação, iniciada com a compra do sistema SESI de ensino.

Mais uma vez, a intervenção do Sindema foi fundamental para garantir condições de mobilização para defender o serviço público da privatização. Continuaremos sempre alertas e organizados para assegurar os direitos dos trabalhadores e trabalhadoras municipais de Diadema, lutando por serviços públicos de qualidade.



Sindema cobra o abono de final de ano

O Sindema enviou ofício, em 23 de outubro, pedindo reunião com a mesa central de negociações para tratar do abono de natal e dos demais pontos pendentes do acordo da Campanha Salarial 2014. Embora o governo diga estar estudando propostas, até agora não apresentou nada concreto. Trabalhadores/as municipais: para garantir que tudo o que consta de nossa pauta de reivindicações seja realmente atendido por esse governo precisamos seguir lutando, organizados e unidos pelos nossos direitos. O Sindema continua cobrando, mas a sua participação é fundamental!



Resultado do plebiscito pela reforma política é entregue em Brasília

O resultado oficial da votação do plebiscito pela reforma política foi entregue à presidenta Dilma Rousseff, aos parlamentares e ao judiciário durante a Plenária e Acampamento Nacional do Plebiscito Constituinte, de 13 a 15 de outubro, em Brasília.

Vinte pessoas, entre lideranças dos movimentos sociais, partidos e pastorais representaram Diadema nessa Plenária. O objetivo do evento era discutir os próximos passos da mobilização pela mudança no sistema político e garantir a continuidade dos comitês e as ações políticas nos estados.

No total, 7,7 milhões de pessoas votaram de 1 a 7 de setembro. A ampla maioria dos votantes, 7,5 milhões respondeu sim à questão: Você é a favor de uma Constituinte Exclusiva e Soberana do Sistema Político? Em Diadema, 8459 pessoas votaram, das quais 8367 a favor da Constituinte Exclusiva.



9ª Festa Comemorativa do Dia dos Funcionários Públicos

24 de outubro, Clube Okinawa. Descontração, alegria e muitos reencontros. Enquanto a maioria das pessoas dança ao ritmo da Banda Única, outros aproveitam para rever amigos ou confraternizar com familiares. Parabéns, servidores e servidoras, por fazerem da 9ª Festa do Sindema um espetáculo muito agradável e cheio de sorrisos.

Abaixo o nome dos sortudos e sortudas dessa festa:

Ganharam um tablet:

- Eliete de Almeida Lacerda Ferreira (UBS Inamar)
- Jeferson A. Costa (Cultura)
- Marcela Araujo (EMEB Devanir)

Ganharam uma diária com direito a acompanhante na Colônia de Férias de Peruíbe

- Jose Vicente Derencius (DLU)
- Maria do Carmo Soares Barbosa (Ubs paineiras)
- Andreza Aparecida da Silva (UBS VI. Paulina)

Ganhou um smartphone:

- Andreia Kelly



Contemplados do segundo sorteio exibem seus prêmios